

**PROGRAMA DE CONCURSO**  
**EMPREITADA DE OBRA PÚBLICA**

1. Identificação do Procedimento .....	3
2. Objeto do Procedimento .....	3
3. Entidade Adjudicante .....	3
4. Órgão que tomou a decisão de contratar .....	3
5. Fundamentação da escolha do concurso público .....	3
6. Acesso às peças do procedimento .....	3
7. Órgão competente para prestar esclarecimentos .....	3
8. Preço base .....	3
9. Preço da proposta anormalmente baixo .....	3
10. Documentos que constituem a proposta: .....	3
11. Idioma dos documentos que constituem a proposta: .....	4
12. Alvará: .....	4
13. Propostas variantes .....	4
14. Prazo de apresentação das propostas .....	4
15. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que a instruem .....	4
16. Prazo de manutenção das propostas .....	4
17. Critério de desempate na avaliação das propostas .....	4
18. Critério de adjudicação .....	4
19. Consultores e estudos de apoio à decisão .....	4
20. Modalidade jurídica de associação de empresas .....	5
21. Caução .....	5
22. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário .....	5
23. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação .....	5

---

24. Prazo para confirmar compromissos assumidos por entidades terceiras.....	6
25. Despesas e encargos do concorrente .....	6
26. Possibilidade de adoção de ajuste direto.....	6
ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO .....	7
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP] .....	7
ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO .....	8
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP] .....	8

**1. Identificação do Procedimento**

Concurso Público n.º 182/2024 - #342864

**2. Objeto do Procedimento**

Empreitada de requalificação na Pinhal de Santa Bárbara, UF de Tomar

**3. Entidade Adjudicante**

Município de Tomar

**4. Órgão que tomou a decisão de contratar**

Presidente da Câmara, por despacho n.º 999/DF/2024 de 20 de novembro de 2024, emitido no exercício de competência delegada por deliberação de Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2023.

**5. Fundamentação da escolha do concurso público**

Critério do valor definido no artigo 19.º, al. b), do CCP.

**6. Acesso às peças do procedimento**

As peças do procedimento estão disponíveis para consulta ou importação gratuitas no seguinte endereço eletrónico: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

**7. Órgão competente para prestar esclarecimentos**

Júri.

**8. Preço base**

**90.000,00€**, não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, sendo o valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar e limita o preço contratual.

**9. Preço da proposta anormalmente baixo**

Não se aplica.

**10. Documentos que constituem a proposta:**

1. A proposta será instruída com os seguintes documentos:
  - a. Declaração emitida conforme modelo Anexo I;
  - b. Documentos conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos;
  - c. Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalhos previstos no projeto de execução, que não devem incluir o IVA;
  - d. Plano de trabalhos, tal como definido no artigo 361º do CCP;

e. Cronograma financeiro, de acordo com a alínea c) do nº 2 do artigo 57º do CCP.

**11. Idioma dos documentos que constituem a proposta:**

Todos os documentos devem ser apresentados em Português.

**12. Alvará:**

1ª subcategoria da 3ª categoria que cubra o valor total da proposta

**13. Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

**14. Prazo de apresentação das propostas**

As propostas e os documentos que a instruem serão entregues até às 23:59 horas do 30º dia, a contar da data de envio do anúncio para publicação.

**15. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que a instruem**

1. As propostas e os documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica em uso nesta entidade: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

**16. Prazo de manutenção das propostas**

As propostas mantêm-se obrigatoriamente até 66 dias úteis após o termo do prazo para sua apresentação.

**17. Critério de desempate na avaliação das propostas**

Sorteio

**18. Critério de adjudicação**

O critério da proposta economicamente mais vantajosa tendo em conta o seguinte fator:

- Preço (100%)

**19. Consultores e estudos de apoio à decisão**

1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

---

**20. Modalidade jurídica de associação de empresas**

---

Em caso de adjudicação todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

**21. Caução**

---

1. Não será exigível a prestação de caução.
2. Com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o adjudicatário tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 5% desse pagamento nos termos do artigo 88.º, n.º 3, do Código dos Contratos públicos, aprovado pelo DL 18/2008 de 29 de janeiro (CCP).

**22. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário**

---

1. O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
2. Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do Programa de Concurso;
3. Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontram nas situações previstas nas alíneas d) e e) do art.º 55.º do CCP;
4. Certificado do registo criminal da empresa e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
5. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online;
6. Alvará ou certificado de empreiteiro de obras públicas emitido pelo IMPIC, I.P., contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar.
7. Para efeitos de comprovação das habilitações referidas no número anterior, o adjudicatário pode socorrer-se dos alvarás ou certificados de empreiteiros de obras públicas de subcontratados, mediante a apresentação de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

**23. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação**

---

1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias após a notificação da adjudicação.
2. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º, deve ocorrer no prazo de 2 dias.
3. A audiência prévia do adjudicatário relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de 5 dias.

- 
4. O incumprimento da entrega dos referidos documentos, no prazo fixado, pode constituir contra-ordenação muito grave, punível com coima graduada de € 2000 a € 3700 ou de € 7500 a € 44800, consoante se trate de pessoa singular ou colectiva, atento o disposto na alínea b) do artigo 456.º do CCP.

---

**24. Prazo para confirmar compromissos assumidos por entidades terceiras**

---

Os compromissos assumidos por entidades terceiras devem ser confirmados no mesmo prazo previsto para apresentar os documentos de habilitação.

---

**25. Despesas e encargos do concorrente**

---

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

---

**26. Possibilidade de adoção de ajuste direto**

---

Não existe a possibilidade de adoção do ajuste direto para a repetição de obras similares.

---

**27. Legislação aplicável**

---

Em tudo quanto for omissa no presente programa de concurso, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro), na sua atual redação e restante legislação aplicável.

## **ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO**

### **[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro

aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (²) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (³):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (⁴)].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

## **ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO**

### **[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (<sup>5</sup>)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (<sup>6</sup>) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (<sup>7</sup>)] os documentos comprovativos de que a sua representada (<sup>8</sup>) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de

privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (<sup>9</sup>)].

---

<sup>5</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>6</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>7</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>8</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>9</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º